

SUMÁRIO

RELATÓRIO FINAL	02
<i>Contribuição e Subsídios à Agenda Temática da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20</i>	

ANEXO I

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL <u>Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas– CRER+20</u>	23
---	----

RESUMOS DAS AUDIÊNCIAS

18/05/2011 - ÁGUA: COMO PRESERVAR?.....	24
02/06//2011 - ALIMENTO: COMO PRODUZIR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES?.....	29
09/06/2011 - ENERGIA: PARA QUE E COMO?.....	37
30/06/2011 - POBREZA: COMO SUPERAR?.....	43
07/07/2011 - ECONOMIA VERDE.....	49
11/08/2011 - CIDADES: O QUE FAZER?.....	55
18/08/2011 - GOVERNANÇA: COMO ADMINISTRAR AS SOLUÇÕES.....	59
25/08/2011 - BIODIVERSIDADE: COMO MANTER.....	64
05/09/2011 - DECRESCIMENTO: POR QUE E COMO CONSTRUIR?.....	69

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE <u>Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU Sobre Desenvolvimento Sustentável - CMARIO+20</u>	76
--	----

RESUMOS DAS AUDIÊNCIAS

26/05/2011 - ECONOMIA VERDE: AGROPECUÁRIA.....	77
08/06/2011 - ECONOMIA VERDE: SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	83
30/06/2011 - ECONOMIA VERDE: MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL) E REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO (REDD+).....	104



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

RELATÓRIO FINAL

Contribuição e Subsídios à Agenda Temática da Conferência
das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável –
Rio+20

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20
E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(CRER+20)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA
CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CMARIO+20)

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES

1. Introdução

A 64^a Assembléia-Geral da ONU deliberou, atendendo ao convite do governo do Brasil para sediar o evento, organizar nova

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a se realizar entre os dias 28 de maio e 6 de junho do próximo ano – Resolução nº 64/236.

Constitui oportunidade única para o Brasil afirmar de vez seu papel de vanguarda na condução das negociações ambientais e no cumprimento de metas internacionais em prol do desenvolvimento sustentado. O evento será a quarta grande conferência mundial sobre meio ambiente, tendo sido antecedida pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002).

No Brasil, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº7.495, de 7 de junho de 2011, a Comissão Nacional para a Conferência Rio+20. Compete a essa Comissão, co-presidida pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Conferência. A reunião de abertura dos trabalhos da Comissão nacional ocorreu no dia 1º de julho deste ano, tendo como convidados representantes do Senado Federal.

O foco da Rio+20 e do processo preparatório da reunião

inclui: (i) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e (ii) estrutura institucional de governança do desenvolvimento sustentável. Se de um lado, o conceito de Economia Verde pode se desvirtuar no sentido de, na prática, tornar-se um motivo para fomentar ainda mais o protecionismo comercial que, sistematicamente, as grandes economias impõem em seus países, de outro, a governança global corre o risco de propiciar instrumento de motivação a essas nações para justificar medidas de proteção de seus mercados e criação de barreiras não tarifárias ao comércio internacional. Ou seja, uma espécie de árbitros de produtos ecologicamente aceitáveis.

Ainda que o Brasil tenha conseguido atrelar o tema Economia Verde à erradicação da pobreza como seu principal objetivo, isso configura-se apenas como um fator atenuante às possíveis aplicações perversas da governança global. É ainda insuficiente para delinear o rumo que queremos. Por isso, desde nossas propostas de aditamentos à agenda preestabelecida até os acordos a serem assinados durante a Conferência não devem ser flexibilizados.

A Rio+20 não pode ser objeto de barganha para o Brasil conseguir sucesso em negociações de outras áreas, seja no campo da economia, da política externa ou da defesa. Não podemos na assinatura de novas convenções e tratados, negociar aquém do estritamente razoável. Nossa meta deve ser a maximização dos resultados que

vislumbramos. Caso contrário, quanto maiores as concessões feitas, menor será nossa força resultante ao final do encontro.

Devemos insistir no combate intransigente a qualquer tentativa de subtrair substância aos acordos, convenções e compromissos alcançados na Rio 92. É evidente que os países descontentes com aqueles compromissos, e aqui saliento os referentes às mudanças climáticas e à proteção da biodiversidade, estão se preparando para conspurcar os logros da Conferência do Rio. Sob a pretensão de atualizar o debate, pretendem, na realidade, reescrever os textos históricos a que chegamos a duras penas durante as difíceis e árduas negociações que o Brasil liderou há vinte anos. Ou seja, ao que tudo indica, os países industrializados não estão interessados no sucesso da Conferência, o que, na prática, será o enfraquecimento do Brasil. Não podemos, portanto, admitir retrocessos. Temos de pugnar pelo Princípio de Não-Regressão. As metas e compromissos acordados em convenções e tratados internacionais devem ser encarados como patrimônio da comunidade internacional e, nesse sentido, não passíveis à sanha revisionista daqueles que, por motivos mesquinhos, querem deles afastar-se.

A ideia do não retrocesso não implica o imobilismo, a inércia, a falta de capacidade de reconhecer novas realidades e desejos. Mas se traduz, isso sim, na defesa do legado conceitual e jurídico que foi adquirido e, a partir daí, avançar na busca de novas soluções. Sobre a

base sólida do consenso internacional, devemos ser críticos vigorosos de eventuais déficits de implementação. Da compreensão dos problemas ocorridos resultará um fecundo e oportuno exercício de novas formas para superá-los.

Há de se considerar ainda que, na construção da agenda da Rio+20, o Brasil não poderá contar com o apoio permanente e incondicional de nenhuma dessas associações e parcerias lançadas nos últimos anos, como Ibas, Unasul, Brics, Calc, G-20 Comercial, G-4 e outros, porque todos esses grupos foram instrumentais para avançar o interesse nacional em termos específicos, antes da Conferência Rio+20. Mas os seus integrantes agora não têm objetivos semelhantes quando defrontamos com o desafio do desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, são francamente antagônicos.

Não estamos, tampouco, sós. Porém, recai sobre o Brasil o fardo maior da condução das negociações. O tempo concedido pelas Nações Unidas para a discussão dos temas de nossa agenda é reduzidíssimo, o que dá bem a medida da falta de interesse de grupos de nações no tratamento mais aprofundado dos desafios que enfrentamos.

O Brasil deve ser capaz de engendrar arquiteturas de geometria variável para garantir, primeiro, que não se registrem retrocessos e, segundo, que o resultado final da Rio+20 não empalideça quando da inevitável comparação que a comunidade internacional e a

sociedade civil farão com relação aos êxitos da Rio 92.

Nesse sentido, nossos negociadores deverão estar instruídos a não permitir que parcerias estratégicas e interesses conjunturais contaminem o esforço nacional em alcançar um resultado ambicioso no documento final da Rio+20.

Em alguns casos iremos enfrentar resistência de amigos próximos, mas nem assim podemos esmorecer.

2. Objetivo geral

No âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (CRER+20), e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (CMARIO+20), buscaram contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20.

Além dos preparativos para a realização da Cúpula, os trabalhos da CRER+20 e da CMARIO+20 tiveram foco principalmente na abordagem temática dos assuntos que serão debatidos. Assim, as Subcomissões preocuparam-se não apenas com a criação da infraestrutura física e de

segurança para a realização da Conferência, mas também com a formação da posição brasileira em relação aos diversos temas que serão tratados na reunião.

3. Atividades realizadas

Para cumprir os objetivos identificados acima, as Subcomissões adotaram uma intensa agenda de reuniões, destinada a tratar de diversos temas potencialmente inseridos nos debates da Rio+20. Os colegiados partiram da noção de que, embora o temário da Conferência seja bastante restrito, nenhum assunto relacionado com a promoção do desenvolvimento sustentável – crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social – deveria ser *a priori* excluído das discussões.

A primeira atividade, de índole conjunta das subcomissões, foi visitar as instalações onde será realizada a Rio+20, na zona portuária do Rio de Janeiro. Representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro fizeram exposições detalhadas das providências a serem tomadas para preparar a cidade e o local do evento para a realização da Conferência.

No que tange aos temas a serem abordados na Rio+20, foram realizadas audiências públicas com pesquisadores nacionais e estrangeiros e com representantes do governo federal, da sociedade civil, de movimentos sociais e do segmento empresarial. Dentro do cronograma de atividades da CRER+20, os temas priorizados foram orientados pelas seguintes questões:

- Alimentos: como produzir?

- Água: como preservar?
- Energia: para que e como?
- Pobreza: como superar?
- Economia verde: o que é?
- Cidades: o que fazer?
- Governança: como administrar as soluções?
- Biodiversidade: como manter?
- Decrescimento: porque e como construir?

Já a CMARIO+20 teve seu enfoque na economia verde, que é um dos grandes enfoques da Rio + 20.

Os relatórios específicos de cada uma dessas audiências públicas podem ser consultados no Anexo 1.

4. Sugestões e Recomendações

Durante as audiências públicas realizadas no âmbito da CRER+20, diversas sugestões e recomendações foram formuladas pelos convidados. Acreditamos que essas observações sejam um importante subsídio para a formulação das posições a serem defendidas pelo Brasil durante a Rio+20.

Podem ser extraídas dos debates as seguintes sugestões e recomendações aos Estados:

1. Alimentos

- Admitir o uso de sementes locais, tradicionais ou crioulas, e não somente as sementes certificadas. O monopólio das sementes certificadas e a sua não adaptação a situações locais e às mudanças climáticas constituem impedimento para a produção de alimentos e um fator de fome.
- Estimular o policultivo, cultivo consorciado ou rotação de culturas, a fim de melhor manejar as funções diversificadas dessa produção, como as destinadas à energia.
- Promover transparência dos estoques públicos e privados de alimentos, explicitando o armazenamento da produção por parte de grandes empresas. Além disso, a sociedade civil deve ser incluída no Comitê de Segurança Alimentar da FAO.

2. Preservação da água

- Consagrar o princípio da interdependência da proteção ambiental. Problemas, considerados internacionalmente e internamente como setoriais, na verdade estão interligados. Por exemplo, a água, como natureza e recurso hídrico, enfrenta problemas de quantidade e de qualidade. Diante esses problemas, dois vetores são destacados: o clima e a economia. Sobre o clima, o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera e a própria dinâmica da atmosfera global terão impacto na quantidade de

água do mundo. Sobre a economia, os recursos hídricos deixam de ser de escala local para ter uma dimensão internacional.

- Compartilhar – os Estados, as administrações locais, as empresas, os agricultores e a sociedade civil – a responsabilidade diante as principais causas geradoras da contaminação da água, que são os agrotóxicos, a eutrofização da água, os dejetos humanos e os resíduos nossos de cada dia.

3. Energia

- Estimular a pesquisa, promover e democratizar o acesso a energias renováveis e de fontes limpas, além de reduzir emissões poluentes.
- Considerar a distribuição desigual de energia como impedimento à erradicação da pobreza.

4. Superação da pobreza

- O conceito de pobreza deve estar ligado à capacidade e liberdade das pessoas definirem suas próprias necessidades.
- Considerar o direito à alimentação na perspectiva ambiental, como uma interface com os direitos humanos.
- Além da transferência de renda, ou a partir dela, a implementação e a efetividade desse direito devem enfrentar as causas estruturais da fome, como a carência educacional e de saúde, a não sustentabilidade da produção e do consumo, a carga tributária

sobre alimentos básicos e a frustração de oportunidades sociais. No plano internacional, a FAO deveria catalisar a governança nessa matéria.

5. Economia verde

- Explorar as relações entre a promoção da economia verde e as políticas de redução da pobreza.
- Implementar a economia verde segundo preconizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o redirecionamento de 2% dos investimentos atuais para dez setores considerados prioritários: agricultura, edificação, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, gestão de resíduos e água.
- Instituir marcos regulatórios e fiscais, desenvolver tecnologias e promover um cenário de governança mundial que favoreça a transição para a economia verde.
- Promover o fortalecimento da economia verde em um contexto de busca por novas tecnologias que impulsionem um novo ciclo de desenvolvimento econômico.
- Valorizar os recursos naturais para evitar o uso predatório destes.
- Adotar estratégias de superação da pobreza, que requerem justa repartição da renda; de transição demográfica, que requerem medidas de controle populacional; e de garantia da proteção do meio ambiente, que requerem a redução do consumo atual.

- Considerar eventuais efeitos negativos inesperados da transição para a economia verde e a possibilidade de que os efeitos positivos não se concretizem.
- Atentar para a necessidade de conduzir a transição para a economia verde no contexto do conceito de desenvolvimento sustentável, que contempla valores como soberania, equidade, meio ambiente equilibrado, funções ecológicas, uso sustentável, direitos humanos e redução de emissões, entre outros.

6. Cidades

- Adotar políticas públicas eficientes de promoção da coleta seletiva e reciclagem de lixo.
- Estimular a desmigração como solução para os problemas urbanos das grandes cidades, conjugada com a execução de projetos habitacionais, educacionais e de saúde nas cidades médias.

7. Governança

- Promover continuamente a conscientização da população e dos agentes públicos sobre a importância da preservação ambiental.
- Implementar mecanismos de governança ambiental internacional segundo os seguintes princípios: participação, consenso, transparência, agilidade, eficiência, efetividade, equidade, inclusividade e respeito ao Estado de Direito.

- Adotar medidas para compatibilizar o tempo da política (democracia baseada em eleições periódicas) com a necessidade de administração do planeta em longo prazo.
- Evitar a duplicação e sobreposição de competências e diminuir os custos e promover a união de esforços para aumentar a eficiência da cooperação internacional ambiental.
- Instituir mecanismos de governança que promovam o aumento da efetividade do sistema de controle dos tratados ambientais internacionais.

8. Biodiversidade

- Ampliar as pesquisas sobre a biodiversidade em âmbito mundial, tendo em vista, especialmente, a intensificação do efeito estufa e as mudanças climáticas.
- Ampliar os investimentos mundiais em unidades de conservação.
- Incorporar a biodiversidade na cadeia produtiva, tendo em vista que há uma série de elementos econômicos associados à biodiversidade que podem ser desenvolvidos.
- Aprimorar o planejamento do uso do solo.
- Avaliar os impactos da mudança do clima sobre a proliferação e a migração de vetores de doenças.
- Instituir mecanismos para conter o desmatamento, em especial no Bioma Amazônico.

- Instituir mecanismos de restauração de ecossistemas.
- Aprofundar os avanços decorrentes da Rio'92.
- Estabelecer mecanismos mais sofisticados de relacionamento entre os setores econômicos, sociais e ambientais.

9. Decrescimento

- Atentar para o caráter potencialmente irreversíveis das transformações ambientais hoje em curso, alimentadas pelos crescimentos populacional e do consumo material *per capita*.
- Promover a reformulação dos padrões insustentáveis de produção e consumo.
- Adotar novos indicadores de desempenho, diferentes do Produto Interno Bruto (PIB), que já não retrata a realidade social tangível, substituindo-o pelo Índice de Desenvolvimento Humano ou o Indicador de Progresso Real, por exemplo.
- Atentar para o caráter ilusório do ideário desenvolvimentista, da cultura do supérfluo e do descartável.
- Estimular o uso do transporte coletivo, em substituição aos veículos particulares.
- Incentivar a produção agroecológica e familiar de alimentos.

- Atentar para as estratégias de obsolescência programada, promovidas pela indústria em geral.

Durante as audiências públicas realizadas no âmbito da CMARIO+20, igualmente diversas sugestões e recomendações foram formuladas pelos debatedores.

Podem ser extraídas desses debates as seguintes sugestões e recomendações aos Estados:

1. Economia Verde: Agropecuária

- Incentivar o produtor a melhor manejar recursos naturais, a fim de tornar o sistema mais eficiente e apto ao enfrentamento de eventos de crise, como mudanças climáticas.
- Manter cobertura vegetal alta não é incompatível com produção intensiva de alimentos
- Praticar política agrícola de longo prazo é condição para o desenvolvimento sustentável
- Defender que Infraestrutura, educação e transferência tecnológica são requisitos para a economia verde.
- Conceder ao produtor primário mais do valor agregado na cadeia produtiva, o que pode ser viabilizado mediante o cooperativismo.

- Gerar incentivos científicos que ofereça soluções ao produtor, como recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, ampliação das áreas de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, manejo integrado de pragas, o manejo integrado de nutrientes e o manejo racional da água.

2. Economia Verde: Serviços Ambientais

- Estados devem (1) estabelecer marcos regulatórios inteligentes e sólidos; (2) priorizar investimentos e gastos públicos que impulsionem a “reconversão verde” dos setores econômicos; (3) reduzir gastos públicos em áreas que esgotem o capital natural; (4) usar a tributação e instrumentos baseados no mercado para modificar as preferências dos consumidores e estimular os investimentos verdes e as inovações; (5) investir na formação e desenvolvimentos de capacidades; (6) fortalecer a governança internacional.
- Promover as seguintes iniciativas: a descarbonização da agroindústria; a melhoria da gestão de recursos hídricos; a melhoria do tratamento de resíduos; o uso de energias renováveis, derivadas, por exemplo, da biomassa; os investimentos em turismo rural; as pesquisas em melhoramento genético, para obtenção de variedades resistentes a doenças e pragas e desenvolvimento de técnicas de controle biológico; a utilização eficiente de insumos e

desenvolvimento de insumos alternativos; a melhoria nutricional dos alimentos, a eficiência dos sistemas produtivos, a produção orgânica; a ampliação da fixação biológica de nitrogênio e a redução de perdas e desperdícios.

- Desatrelar consumo de desenvolvimento econômico.
- Considerar a perda de ativos ambientais na contabilidade econômica.
- Considerar serviços ambientais como meios de acesso e garantia de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de populações que têm modo de vida e de produção que leva em conta a preservação do meio ambiente.
- Converter multas aplicadas pelo desmatamento em ações de recuperação ambiental.
- Proteger conhecimentos sobre a biodiversidade brasileira, inclusive por meio de patentes.
- Investir em estratégias de *marketing* das iniciativas verdes, particularmente da produção sustentável, além de se trabalhar com processos de certificação e incentivos às cadeias de produção e de comercialização.

3. Economia verde: Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e Redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD+)

- Pugnar pela instituição de fundos, a partir de interações bilaterais, a exemplo do que se fez no Fundo Amazônia.
- Assegurar o financiamento de mecanismos de REDD+ de forma independente de um mercado compensatório, sendo que todas as contribuições que os países em desenvolvimento oferecerem para a redução das emissões de carbono devam ser adicionais às contribuições dos países desenvolvidos.
- Apontar para modelo de transição a Economia Verde.
- Basear as atividades de REDD em estimativas de emissões cientificamente robustas, se quiserem ser eficazes. Isso exige metodologias para monitoramento, relatório e verificação (MRV) dos sistemas nacionais de emissões que seguem os princípios da transparência, consistência, comparabilidade, abrangência e acurácia.
- Promover a abordagem aninhada, que permite que os países comecem esforços por meio de atividades de REDD subnacionais e, gradualmente, passem para uma abordagem nacional. Também a coexistência das duas abordagens num sistema em que créditos REDD são gerados por projetos e governos, maximizando o potencial de ambas as abordagens.
- Criar regras internacionais para creditar as atividades de REDD, regulando comunicação, monitoramento e verificação, sistema de pagamento, arranjos institucionais, tanto em nível nacional (autoridade nacional designada ou similar para aprovar todos os

projetos) como em nível internacional (um órgão de fiscalização e um projeto centralizado e registro de crédito).

- Assegurar que exista uma estrutura institucional que dê segurança para as partes envolvidas e garanta os benefícios climáticos que são esperados tanto dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) quanto dos mecanismos de REDD+.

4. Considerações finais

Em suma, o Brasil, como anfitrião do evento, não pode ficar a reboque das maiores potências. Devemos, sim, se necessário, nos insurgir de maneira firme, dura e concreta contra o possível panorama de estreitamento da agenda pré-estabelecida pelas Nações Unidas. Somos nós os protagonistas da Rio+20 e assim devemo-nos portar em todos os níveis de negociação. Ou o Brasil se afirma agora, de vez, ou haverá um imenso retrocesso em relação ao “espírito” da Rio 92. Daí ser fundamental que a Presidenta da República, Dilma Rousseff, assuma essa liderança e dê um tom definitivo, com a sua capacidade política e gerencial, às tratativas da Rio+20.

ANEXO I

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

Relatórios das Audiências Públicas realizadas no âmbito da **Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRER+20**

**Resumo da Audiência Pública da CRE - Subcomissão Permanente
de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre
Mudanças Climáticas**

Realizada no dia 18 de maio de 2011, pela Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a reunião contou com a presença do Dr. Paulo Lopes Varella, Diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas; Dr. Nelton Friedrich, Diretor de Coordenação e Meio Ambiente de Itaipu; e o Prof. Dr. Francisco de Assis, da Universidade Federal do Ceará.

O Senador Cristovam Buarque, que presidiu a reunião, informou que o debate fazia parte de uma série de audiências públicas que ocorreriam para contribuir para o entendimento do problema que vive a civilização brasileira e ajudar os chefes de Estado e de Governo que aqui estarão reunidos em junho do próximo ano, na busca de um novo rumo para o projeto civilizatório. A reunião destinava-se à abertura do ciclo de audiências públicas, com o painel: **“Água: como preservar?”**

O **Sr. Paulo Lopes Varella** iniciou sua participação falando sobre as duas dimensões da água: uma como recurso hídrico, promotora ou vetor fundamental no desenvolvimento de qualquer área, e outra como elemento natural, como parte necessária à manutenção dos ecossistemas.

O palestrante ressaltou que, no último século, multiplicou-se por seis a demanda por água, enquanto a quantidade de água disponível é constante. Informou também que, na terra, há cerca de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água, e, desse total, utilizamos 0,01%, o que ainda é bastante, mas é finito, e a maior demandante de água no mundo sem dúvida é a agricultura. Cerca de 69% vai para a irrigação da produção agrícola.

Comentou que o Brasil encontrou o caminho para organizar e disciplinar o uso da água quando, por disposição da Constituição, criou a Lei nº 9.433, que instituiu uma política nacional para assegurar a disponibilidade da água em padrões de qualidade adequados ao uso, com uma utilização racional e integrada, garantindo, portanto, desenvolvimento sustentável.

Ressaltou também o exemplo do pagamento por serviços ambientais, que é um estímulo aos produtores rurais para que essas águas, ainda no nível rural, possam ser preservadas e, quando chegarem nas cidades, elas já estejam em condições muito melhores.

O **Dr. Nelton Miguel Friedrich** iniciou sua exposição apontando que existiam mais de 63 ações e mais de 20 programas em andamento no Paraná, em mais de 29 municípios, numa área de 1,1 milhão de habitantes, com cerca de 300 mil pessoas envolvidas em cada programa.

Comentou sobre o programa desenvolvido no Paraná que se chama “Cultivando Água Boa”, que tem uma visão muito sistêmica, porque constrói uma cultura de sustentabilidade e ao mesmo tempo protagoniza um programa de inclusão social.

Destacou que as principais causas geradores da contaminação da água são os agrotóxicos, a eutrofização da água, os dejetos humanos e os resíduos nossos de cada dia, e, portanto, as ações de combate e conservação têm de compartilhadas em responsabilidade com a comunidade.

Passou na sequência a falar do programa “Cultivando Água Boa”, que hoje conta com 2.480 parceiros, que juntamente com a usina de Itaipu, criaram um programa pioneiro na região para tratar e cuidar da água. Para tanto, houve um planejamento estratégico situacional, que levou a empresa a ter responsabilidade com a geração de energia e também responsabilidade social, ambiental e sustentável na missão.

Por fim, passou a falar sobre o programa de recuperação de microbacias, que já chegou a recuperar 100 bacias. Explicou que todas as ações envolvem as comunidades, no que ele chamou de reunião de sensibilização. A partir daí houve a criação dos comitês de gestores, que trabalham com as oficinas do futuro, e com elas toda uma programação com a comunidade, até chegar ao que ele chamou de grande Pacto das Águas, feito ao redor das microbacias, um momento místico e de celebração, com a assinatura de um pacto em que todos se responsabilizam pela sua porção de água.

O Sr. Francisco de Assis Souza iniciou sua participação comentando sobre a conservação da água, descrevendo a água, nesse contexto, como natureza e desenvolvimento, ou seja, recurso hídrico.

Comentou sobre a questão dos recursos hídricos dos diferentes cenários que existem no Brasil e a questão da quantidade e da qualidade

da água: a escassez quantitativa no Nordeste, que agora passa a ser qualitativa também; e a escassez de qualidade que há no Sul do país, o que impõe medidas de conservação muito importantes.

Falou também sobre dois vetores fundamentais em relação aos recursos hídricos, que são o clima e a economia. O clima, porque o que se faz em termo de poluição, o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera e a própria dinâmica da atmosfera global vão definir as condições de clima e de quantidade de água do mundo no futuro.

Quanto à economia, mencionou que hoje há uma economia extremamente internacionalizada, e isso faz com que, em grande medida, os problemas de recursos hídricos deixem de ser de escala local para ter uma dimensão internacional e global para os problemas dos recursos hídricos, e, por isso, tanto o clima quanto a economia condicionam a oferta de recursos hídricos e a estrutura da demanda.

Informou também que o foco hoje na conservação de água diz respeito ao foco na demanda, na qual a conservação de água significa atualmente utilizar o mínimo possível para um dado uso produtivo, reduzindo-se perdas e desperdícios. Pretende-se, assim, garantir para as futuras gerações que a quantidade de água retirada dos ecossistemas não exceda à sua realimentação natural. Além disso há a preocupação com a conservação de energia e, por último, a conservação dos ecossistemas, não só por conta da necessidade de reduzir as infraestruturas hídricas para ativar o potencial hídrico, como também devido à questão da maior

quantidade de água que fica disponível para a sobrevivência dos ecossistemas.

**Resumo da Audiência Pública da CRE - Subcomissão Permanente
de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre
Mudanças Climáticas**

Realizada no dia 2 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20, em atendimento ao Requerimento nº 2 - CRER+20, de 2011, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE, a reunião contou com a presença do Sr. WERNER FUCHS, Conselheiro Representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); do Sr. ANDRÉ NASSAR, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE); do Sr. SÍLVIO PORTO, Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); do Sr. Ministro MILTON RONDÓ FILHO, Coordenação de Ações Internacionais de Combate a Fome.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, os palestrantes foram convidados para debaterem o tema: "**Alimento: Como Produzir Para Atender às Necessidades?**"

O Senador CRISTOVAM BUARQUE presidiu a reunião. Informou que este encontro visa a preparar um documento para o governo brasileiro levar para a Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. Orientou que os debates deveriam ser norteados para responder às seguintes perguntas: (i) se haverá escassez de alimentos no mundo; (ii) se é

possível alimentar a população mundial com a mercantilização dos alimentos; (iii) quais os problemas ecológicos e ambientais que podem ser provocados pela produção de alimentos; (iv) se há risco de disputa entre alimentação e energia; (v) como colocar a alimentação como tema da governança mundial; (vi) o que os palestrantes sugerem para a presidente Dilma levar à reunião Rio+20 e (vii) que evolução tecnológica podemos esperar para aumentar a produção de alimentos no mundo.

O Sr. WERNER FUCHS - Conselheiro Representante da Sociedade Civil no CONSEA, informou que se pautaria pela pergunta sobre como produzir alimentos para atender às necessidades. Citou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006, para informar que o Brasil possui normas legais para assegurar o direito humano à alimentação adequada, definida esta como sendo a que tenha cultivo de base agroecológica ou que possua matriz de produção orgânica. Reconheceu que esta lei está em descompasso com outras medidas na produção de alimentos, principalmente na liberação de transgênicos, pois ela veda a produção orgânica com sementes geneticamente modificadas.

Ressaltou que há um distanciamento entre os gestores públicos e os agricultores, refletido na terminologia usada para designar o homem do campo nos documentos oficiais, que figura nos registros como produtor rural. Segundo o Sr. Fuchs, os agricultores se enxergam como camponeses ou homens do campo; o produtor, para eles, é a terra ou o animal.

Alertou para um problema que ocorre na Europa, em que só é permitido o uso de sementes certificadas, o que impede os agricultores de usarem novas variedades, mais resistentes, ou de trocarem sementes entre si. Eles ficam reféns das empresas, que são donas das sementes. Citou notícia veiculada recentemente na Alemanha, intitulada “Europa Semeia Fome”, na qual se afirma que a França passa por uma grande seca, devida às mudanças climáticas e que os agricultores estão impedidos de se adaptarem, pois as leis europeias proíbem o uso de sementes não aprovadas.

Afirmou que o Brasil, após a compra da Agroeste, não tem mais autonomia sobre o mercado de sementes certificadas, hoje controlado por seis grandes multinacionais. Se essas empresas se recusarem a vender sementes para o país, não se pode fazer nada.

Informou que o CONSEA, recriado em 2003, conseguiu influir na Lei nº 10.714, de 2003, a Lei de Sementes e Mudas, ao inserir, no texto legal, uma exceção às sementes certificadas, que é a permissão de uso de sementes locais, tradicionais ou crioulas. Isso significa que estas variedades podem ser incluídas nos programas de financiamento do governo, o que dá ao agricultor autonomia e soberania. Ele pode fazer o aprimoramento dos próprios grãos para cultivo.

Infelizmente, no entanto, segundo Sr. Fuchs, foi lançado um documento governamental, há poucas semanas, sobre agricultura de baixo carbono, em que as sementes crioulas não são citadas. No Programa de Erradicação da

Miséria, prevê-se que a Emprapa dará sementes para o agricultor, mas não se menciona a possibilidade de o agricultor usar suas próprias sementes.

Essa possibilidade, segundo ele, é muito importante, pois os homens do campo detêm um conhecimento milenar sobre agricultura, o que lhes permite uma adaptação mais rápida, quando necessário.

Sobre a questão dos agrocombustíveis, se existe ou não competição com a produção de alimentos, acredita que não, desde que haja policultivo, cultivo consorciado ou rotação de culturas. Se for monocultura, como na produção de etanol, haverá competição. Deve haver plantações que atendam tanto à alimentação quanto à indústria, em que se produzam alimentos e energia. Essa discussão é bastante recorrente, mas lembrou que no passado se usava trigo para fabricar cola e utilizava-se a caseína do leite para produzir tinta. Acha que a monocultura deveria ser questionada.

O Sr. SÍLVIO PORTO, Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, identificou os fatores críticos para a agricultura no momento: a crescente demanda dos países emergentes; a utilização de produtos agrícolas para agrocombustíveis; as secas prolongadas, os invernos rigorosos e as chuvas torrenciais; a especulação do mercado de commodities no mundo, a infraestrutura de logística no Brasil e a concentração econômica do setor.

O palestrante apontou que o consumo per capita de alimentos cresceu em todos os continentes. Por outro lado, apontou também o aumento da

população de subnutridos no mundo durante os últimos cinco anos, revertendo movimento de queda observado entre 1995 e 2005. Destacou ainda uma redução na relação entre estoque e consumo de alimentos.

Explicou que a produção agrícola mundial é concentrada em 8 a 10 produtos principais. E afirmou que a continuação desse modelo pouco variado aumenta os riscos de escassez alimentar.

Salientou que há uma disputa por área entre culturas destinadas à alimentação e culturas para a produção de biocombustível. Alertou para o risco dessa disputa deslocar a produção agrícola, ameaçando os biomas do cerrado e da amazônia.

Lembrou que nos últimos dois anos fenômenos climáticos anômalos foram sentidos em todo o planeta.

Chamou atenção para a especulação em torno das commodities agrícolas, e salientou que o volume de dinheiro investido no setor é muitas vezes maior do que a produção agrícola.

Sobre a produção agrícola nacional, destacou o aumento dos custos de transporte da produção e do preço dos fertilizantes. Citou também a dificuldade dos produtores em negociar com as grandes redes de supermercado, que dominam o setor de comercialização.

O Sr. ANDRÉ NASSAR, – Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE, afirmou que o modelo

do agronegócio é parte importante da solução para produzir alimentos no mundo.

Lembrou a queda no preço dos alimentos experimentada a partir da década de 70, quando começou a adoção pelo mundo de novos métodos e tecnologias na produção agrícola. Destacou que ainda há espaço para aumento de produtividade pela adoção de técnicas agrícolas básicas, especialmente no continente africano.

Afirmou que o modelo de agricultura industrial tem capacidade para resolver os problemas ambientais que gera, e que a rejeição desse modelo pode levar à escassez de alimentos.

O palestrante, por fim, apontou que a intensificação da pecuária brasileira liberará áreas de pastagem para a expansão agrícola, ao mesmo tempo em que reduziria o desmatamento do bioma amazônico.

O Sr. Ministro MILTON RONDÓ FILHO, Coordenação de Ações Internacionais de Combate a Fome, salientou que já há escassez de alimentos no mundo. Segundo ele, um bilhão de pessoas não comem não devido a um problema de produção, mas porque há uma parcela da população que come demais ou utiliza alimento para outros fins. Desse modo, defendeu que a questão a ser discutida é a de como fazer com que essas pessoas tenham acesso à comida.

Falando especificamente sobre o Brasil, disse que apenas recentemente passou-se a dar importância para o mercado interno de alimentos, com a

preocupação de alimentar o povo brasileiro antes de se pensar na exportação. Comentou que se trata de uma questão recorrente no cenário internacional e de vital importância na defesa da soberania nacional.

A respeito da mercantilização dos alimentos, afirmou que o direito à alimentação, estritamente ligado ao direito à vida, não pode ser objeto de comércio. Acredita que somente trabalhando em conjunto os pilares social, econômico e ambiental, em um contexto democrático, será possível resolver o problema da fome. Para ele, é necessária a democratização tanto da produção quanto do acesso à comida.

Sobre a produção sustentável, acrescentou que a Embrapa deveria pensar na produtividade ligada aos modos de produção, comparando a produtividade alcançada com a agricultura sustentável com a alcançada com a não sustentável.

Falando da dicotomia alimentos e energia, questionou o uso do melhor solo brasileiro, a terra roxa, para o plantio de cana-de-açúcar.

Ao tratar da governança internacional, destacou alguns pontos que vem sido colocados em discussão pelo Brasil, como a questão da transparência dos estoques públicos e privados, o problema do armazenamento da produção por parte de grandes empresas – o qual tem sido enfrentado pelo G20 - e a inclusão da sociedade civil no Comitê de Segurança Alimentar da FAO/ONU.

Como sugestão para a Rio +20, sugeriu que haja mais democracia, com fóruns dos países com a participação governamental, da sociedade civil e parlamentar para a discussão do assunto.

Por fim, enfatizou que a produção sustentável de alimentos é um tema no qual o Congresso pode efetivamente contribuir, uma vez que o cerne do problema é o déficit democrático.

.....

O Senador CRISTOVAM BUARQUE destacou a presença do Sr. Antônio Alessandro – Ministro Conselheiro da Itália, do Sr. Embaixador da Etiópia, do Sr. Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau no Brasil, do Sr. Conselheiro da Embaixada Real da Tailândia, do Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia, da segunda pessoa na Embaixada do Reino da Arábia Saudita e do Sr. Vice-Chefe de Missão da Embaixada da Austrália.

Resumo da Audiência Pública da CRE - Subcomissão Permanente
para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre
Mudanças Climáticas

Realizada no dia 09 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a reunião contou com a presença do Prof. Dr. Neilton Fidelis da Silva – COPPE/UFRJ; do Sr. Carlos Rittl – Coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF; do Sr. Pedro Henrique Torres – Coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace; e do Sr. João de Deus Carvalho – Consultor para Projetos de Energia Solar.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, os palestrantes foram convidados para debaterem o tema: "**Energia: para que e como?**".

O Senador Cristovam Buarque, que presidiu a reunião, informou que o debate tinha como objetivo auxiliar todos os países na busca de propostas, a serem apresentadas na Conferência Rio+20, que pudessem reorientar o modelo de desenvolvimento mundial dos últimos dois séculos. Modelo que, segundo o Senador, já começa a apresentar suas fragilidades. Antes de passar a palavra aos expositores, o Senador enfatizou a necessidade de se saber se o

mundo realmente precisa de mais energia e se haveriam alternativas viáveis ao uso de combustíveis fósseis.

O **Sr. João de Deus Carvalho** afirmou que a energia termosolar é a única matriz energética totalmente limpa, abundante e renovável. É mais barata e mais confiável do que as energias fotovoltaica e eólica.

O palestrante ressaltou a competitividade da energia termosolar, e destacou que os Estados Unidos da América e a União Europeia já possuem projetos que utilizam esse tipo de energia. Segundo ele, já são 24 usinas construídas nos Estados Unidos da América e 103 projetos de novas usinas, totalizando energia equivalente a mais de oito vezes a planejada para a usina de Belo Monte. A União Europeia, continuou, possui ambicioso plano de construção de usinas termosolares nos desertos do norte da África que suprirá até 18% da necessidade energética daqueles países.

Afirmou que o Brasil possui muitas áreas propícias à instalação de usinas termosolares, e disse que um avanço tecnológico recém desenvolvido no Brasil reduziria significativamente os custos e o tempo de construção destas.

O **Prof. Dr. Neilton Fidelis da Silva** iniciou sua exposição apontando que energia sempre foi um tema central do desenvolvimento humano, e que, nos últimos séculos, tornou-se uma necessidade essencial do ser humano. Tanto é assim, continuou, que o acesso à energia é considerado como direito fundamental em alguns países.

Destacou que não há previsão expressa de acesso à energia como direito fundamental. No entanto, em seu entendimento, não é possível alcançar os

objetivos fundamentais pretendidos pela Constituição Federal sem que todos possam acesso a energia.

O expositor afirmou que uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade moderna é a existência de um sistema energético que garanta um abastecimento regular e que seja baseado em recursos abundantes, de custos racionais, de fácil transporte e de suficiente qualidade.

Em seguida, disse que a distribuição desigual de serviços públicos, como a energia, é um impedimento à erradicação da pobreza. Neste sentido, destacou a importância de programas como o “Luz para todos”, especialmente quando aliados a programas paralelos que usem a energia como vetor de desenvolvimento.

O professor apontou o fato de a matriz energética brasileira ser bastante limpa do ponto de vista das emissões que intensificam o efeito estufa. Em seguida, comparou a participação do setor energético no total de emissões, demonstrando que o Brasil apresenta números bem abaixo dos países desenvolvidos e do restante do BRIC.

Lembrou que o Brasil assumiu compromisso de redução de emissões por meio da Lei nº 12.187, de 2009. Em busca desse objetivo, o plano do setor energético foi estabelecido com base na expansão da oferta de renováveis na produção de energia elétrica, na expansão da oferta de combustíveis líquidos renováveis e no incremento da eficiência energética. Ressaltou que o Plano de Desenvolvimento Energético também tem como objetivos, além da redução de

emissões, a segurança energética, a modicidade de preços e tarifas e a universalização do acesso às fontes de energia.

O palestrante atentou para o fato de a hidroeletricidade estar sendo questionada pela sociedade, mas alertou que não se pode esquecer que o país tem vocação hídrica elevada. Afirmou que é preciso esclarecer mais à sociedade quais os custos da renúncia de potencial hidroelétrico, que incluem até um possível aumento do uso de termoelétricas.

Mencionou ainda o grande potencial eólico do país, em especial na região nordeste. Explicou que o planejamento deve esperar os desdobramentos do desastre nuclear japonês antes de considerar o uso de energia nuclear como alternativa.

O Sr. Pedro Henrique Torres começou afirmando não estar otimista quanto ao futuro ambiental do Brasil, especialmente considerados os fatos, que reputou negativos, da aprovação de Belo Monte, da continuação do programa nuclear, da expansão da exploração do petróleo e do projeto de Código Florestal.

Disse que o país está negativo na pauta ambiental, e que precisa ainda dar sinais concretos de que busca um desenvolvimento verde e limpo.

Sobre energia nuclear, o palestrante afirmou que o país pode abandonar seu uso sem maiores consequências, visto que esse tipo de energia só contribui com 2% da matriz energética nacional. Citou exemplo de países, como Suíça e Alemanha, mais dependentes do poder nuclear que já se comprometeram a substituir de suas matrizes esta fonte energética.

Afirmou também que são necessários incentivos do governo para baratear as energias solares e eólicas, e que é possível uma matriz energética nacional composta de 93% de energia de fontes limpas e apenas 7% proveniente de combustíveis fósseis.

Por fim, disse que o planeta não comportaria a extensão às demais nações dos níveis de consumo dos países desenvolvidos. Por isso, afirmou, a necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento verde e limpo.

O **Sr. Carlos Rittl** afirmou que o Brasil ainda tem tempo para tomar medidas que o permitiriam chegar à Rio+20 como um país que caminha para um modelo de desenvolvimento sustentável, de baixo carbono e que gere inclusão social. O Brasil participaria da conferência, continuou, não somente como anfitrião, mas como um país capaz de liderar por exemplo.

Afirmou que é possível chegar a 2050 com 100% do suprimento energético mundial provindo de fontes limpas e renováveis.

Apresentou um estudo da WWF-Brasil que estabeleceu um cenário sustentável para o país até 2020 em que, comparado ao plano oficial do governo para o desenvolvimento do setor elétrico, ter-se-ia 38% de economia de energia; redução de 12% de gastos, representando economia de 33 bilhões de reais; criação de 8 milhões de postos de trabalho e redução de áreas alagadas por barragens.

Afirmou que o Brasil já dispõe do conhecimento científico necessário à implementação desse cenário, tanto no governo como no meio acadêmico e no setor privado. Possui também a infraestrutura institucional adequada. Além de

contar com uma economia forte, crescente e com inúmeros investimentos em projetos energéticos.

O expositor alertou para o fato de que, apesar de a matriz energética brasileira ser uma das mais limpas do mundo, tem crescido o uso de fontes termoelétricas no país.

**Resumo da Audiência Pública da CRE - Subcomissão Permanente
para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre
Mudanças Climáticas**

Realizada no dia 30 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a reunião contou com a presença da Professora Marília Leão – Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; do Professor Marcel Bursztyn– Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB; e da Professora Diana Sawyer – Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, os palestrantes foram convidados para debaterem o tema: "**Pobreza: como superar?**"

O Senador Cristovam Buarque, Presidente da subcomissão, inicialmente ressaltou que a Conferência Rio+20 será uma oportunidade ímpar para a humanidade, já que, segundo sua visão, por muito tempo não se repetirá um evento em que os líderes mundiais discutam em conjunto o futuro do planeta. Antes de conferir a palavra aos expositores, o Senador justificou a necessidade

de ausentar-se e passou a presidência da reunião ao Senador Randolfe Rodrigues.

A **Professora Marília Leão** afirmou, de início, que sua exposição teria como objeto específico a fome, lembrando que pobreza e fome estão sempre relacionadas. Destacou que o direito à alimentação tem grande relevância dentro do rol dos direitos humanos porque equivale ao direito à vida. Explicou também que o conceito de fome é mais amplo do que o usualmente conhecido, considera-se também as situações de insegurança alimentar, quando a família não pode garantir com certeza seu abastecimento futuro.

A professora mencionou o programa “Fome Zero” como importante passo nesse sentido. Segundo ela, o programa construiu bases muito sólidas para enfrentar a pobreza no país. Citou avanços como a eliminação quase que total da desnutrição infantil, mas alertou que ainda há muito a ser alcançado.

Destacou como essencial o fato de o programa “Fome Zero” ter como objetivo diminuir a pobreza atacando suas causas estruturais. Asseverou que qualquer nova ação governamental neste sentido deverá também ter como objetivo principal resolver as causas estruturais da pobreza. Alertou, sobre o ponto, o fato de o novo programa de erradicação da pobreza do Governo Federal não tratar a educação básica universal como um de seus objetivos.

Mesmo considerados os avanços, a palestrante indagou se não seria necessário uma alocação mais eficiente dos recursos para o combate à pobreza, priorizando, por exemplo, os programas sociais que estiverem produzindo os melhores resultados.